

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE ENGENHARIA FLORESTAL
CALEF
ESTATUTO

Capítulo I – Da Natureza e Constituição

Artigo 1º - O Centro Acadêmico Livre de Engenharia Florestal, CALEF, expressão máxima da vontade majoritária dos estudantes de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Sergipe, entidade representativa, constituída, organizada e livremente eleita pelos estudantes do nível de graduação do referido curso.

Parágrafo único – O CALEF não fará distinção de raça ou cor, classe social, credo, religião, sexo, concepção política, filosófica ou ideológica.

Artigo 2º - O CALEF é constituído por todos os estudantes do curso de graduação de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Sergipe.

Artigo 3º - O CALEF tem sua sede representativa na Didática IV 2º andar da Universidade Federal de Sergipe.

Capítulo II - Do Seu Objetivo

Artigo 4º - Representa, defende e congrega os estudantes de Engenharia Florestal em reuniões, encontros e manifestações, quando e onde estiverem colocados os interesses (direitos e deveres), coletivos ou individuais respeitando as resoluções congressuais dos fóruns estudantis.

Parágrafo Único – O CALEF deverá manter uma estrutura que assegura o atendimento às questões que integram a categoria.

Artigo 5º - Planeja, coordena, programa e realiza eventos do interesse do conjunto dos estudantes de Engenharia Florestal e desses com relação à Comunidade Universitária.

Capítulo III – Da Gestão

Artigo 6º - É gerido e administrado por uma Diretoria e Assembleia geral sendo a última com poder de decisão superior à última com poder de decisão superior à primeira. Conta ainda com um Conselho Fiscal para fiscalizar as atividades desenvolvidas pela diretoria do CALEF.

Capítulo IV – Da Diretoria

Artigo 7º - A Diretoria do CALEF, órgão coordenador e executor do Centro acadêmico, compõe-se de:

- a) Coordenação Geral;
- b) Secretaria Geral;
- c) Coordenação de Finanças;
- d) Coordenação Cultural e Esporte;
- e) Coordenação de Comunicação;
- f) Coordenação de Formação Política;

Parágrafo I – A Coordenação Geral será composta por três membros. As demais serão autônomas para definir o número de membros que delas farão parte.

Parágrafo II – Demais Coordenações poderão ser criadas conforme necessidade.

Artigo 8º - À Diretoria Compete:

- a) Assinar documentos do CALEF;
- b) Cumprir e fazer cumprir este estatuto, suas deliberações e as da Assembleia Geral;
- c) Exercer a função executiva do CALEF;
- d) Tornar pública a prestação de contas do CALEF;
- e) Convocar Assembleias Gerais;
- f) estar em permanente contato com entidades da engenharia e outras, com o CREA, com o Departamento do Curso, com o colegiado do Curso, a fim, de manter os interesses da categoria.

Artigo 9º - À Coordenação Geral compete:

- a) Representar oficialmente o CALEF;
- b) Coordenar as atividades das coordenações e comissões;
- c) Manter conta bancária, juntamente com a coordenação de finanças.

Artigo 10º - À secretaria geral compete:

- a) organizar e fichar documentos do CALEF;
- b) escrever e assinar as atas do CALEF;
- c) secretariar as reuniões da diretoria e das assembleias gerais do CALEF;

Artigo 11º - À Coordenação de comunicação compete:

- a) Manter contato permanente com entidades governamentais e não governamentais a fim de viabilizar as atividades do CALEF;
- b) Publicar informativos periódicos;
- c) Divulgar atividades do CALEF;
- d) manutenção da página na internet do CALEF
- e) promover a integração entre o Centro acadêmico, comunidade acadêmica e a sociedade;
- de) manter contato permanente com ABEEF (associação brasileira de estudantes de engenharia florestal) e outros C.A:s de engenharia florestal.

Artigo 12º - A coordenação de finanças compete:

- a) assinar, com os coordenadores gerais, todos os documentos que representam valor;
- b) manter em ordem os serviços de finanças, providenciando os registros legais;
- c) promover o recebimento de receitas e despesas previstas para o CALEF, e depositar mensalmente o numerário arrecadado, em estabelecimento bancário de idoneidade comprovada;
- d) efetuar compras e pagamentos autorizados pela coordenadoria, aprovados pela diretoria ou assembleia geral;
- e) apresentar balancetes trimestrais, ou antes, se julgar necessário, a contar da posse.

Artigo 13º - A Coordenação de formação política compete:

- a) promover discussões com as entidades e categorias do que for de interesse dos estudantes;
- b) subsidiar os membros do colegiado nas discussões políticas de interesse pedagógico dos estudantes
- c) atuar junto com a coordenação de comunicação na publicação de artigos, texto, palestras e etc.:
- d) estabelecer relações políticas com os demais movimentos sociais;
- e) promover articulações políticas com os demais C.A:s e D.A:s;
- f) estabelecer relação direta com as entidades nacionais representativas dos estudantes: UNE e ABEEF.

Artigo 14º - a coordenação de esportes e cultura compete:

- a) Promover evento que façam com que haja interação dos estudantes de engenharia florestal;
- b) interação cultural e esportiva com outras entidades e instituições
- c) estabelecer uma política de valorização da cultura regional.

Capítulo v – Do Conselho Fiscal

Artigo 15º - será composta por três componentes eleitos em pleito direto, paralelamente à diretoria executiva, assumindo os três mais votados.

Artigo 16º - são atribuições do conselho fiscal:

- a) fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo CALEF;
- b) participar das reuniões do CALEF;
- c) fiscalizar contas (balancetes) apresentados pela diretoria.

Parágrafo 1 – fica estabelecido que em caso de três faltas consecutivas não justificada por parte de algum membro do conselho fiscal o mesmo será substituído e assumirá o seu lugar um outro membro eleito em assembleia geral.

Parágrafo 2 – em se verificando alguma irregularidade, por parte da diretoria, o conselho fiscal poderá acionar os estudantes em assembleia geral específica julgara e decidira pelo mérito da questão.

Capítulo VI – Da Assembleia Geral

Artigo 17º - A Assembleia Geral é a instância de máximo do CALEF e dos estudantes de graduação em Engenharia Florestal da UFS;

Parágrafo I - As decisões da Assembleia Geral são irrecorríveis a não ser a ela mesma.

Parágrafo II - Não serão acatadas decisões de recursos que tratem de questões internas as instâncias gerais de organização dos estudantes e da administração universitária.

Artigo 18º - A Assembleia Geral é composta por todos os estudantes de Engenharia Florestal da UFS, que terão direito a voz e voto.

Artigo 19º - a Assembleia Geral poderá discutir e aprovar resoluções, moções e encaminhamentos relativos a todos os assuntos de interesse dos estudantes de graduação em Engenharia Florestal.

Artigo 20º - Será convocada pela Diretoria do CALEF com no mínimo dois dias de antecedência.

Artigo 21º - A Assembleia Geral poderá ser convocada por iniciativa do CORETUR (conselho de representantes de turma), sendo exigido um quórum de assinaturas de no mínimo 1/3 dos membros, ficando a diretoria

obrigada a convocar a Assembleia Geral num prazo máximo de cinco dias úteis após a entrega do requerimento.

Parágrafo I – diante do não comparecimento da maioria absoluta do CALEF na primeira convocação, fica estabelecido que na segunda convocação (15 minutos após a primeira) terá início da Assembleia Geral com o numero de membros presentes os quais terão poder de decisão.